



GESTÃO DEMOCRÁTICA E GÊNERO: DISCUSSÕES POSSÍVEIS

Renata Santos – (Fundação Araucária) – Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR –
FECILCAM, renata-santos.net@hotmail.com

Fabiane Freire França – (OR-TIDE) – Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR –
FECILCAM, prof.fabianefreire@gmail.com

RESUMO: O presente artigo refere-se ao artigo do estágio supervisionado do 3º Ano do curso de Pedagogia, que contempla o estágio de Gestão Educacional. Objetivamos investigar como são construídas as relações de gênero no ambiente escolar, de forma articulada com o princípio de Gestão Democrática na escola (ARAÚJO, 2002). Buscamos relacionar a escola como um meio de proporcionar a gestão democrática por meio da diversidade escolar, principalmente no que tange as relações de gênero. Para tanto levantamos a seguinte problemática: Como estão sendo trabalhadas as relações de gênero na escola em busca da construção de uma gestão democrática? Metodologicamente realizamos observações de um curso de extensão com as docentes sobre gestão democrática e gênero e realizamos entrevistas sobre as práticas pedagógicas com a gestora. Para tanto, baseamo-nos nos pressupostos dos Estudos Culturais que deve “[...] partir de casos concretos, seja para – historicamente – ensinar a teoria como uma discussão contínua e contextualizada sobre questões culturais, seja para fazer conexões entre argumentos teóricos e experiências contemporâneas” (JOHNSON, 2006, p. 24). A partir da entrevista, enfatizamos a importância de abordar tais discussões e questionar certos valores sociais para que a escola seja um ambiente democrático que evidencie temáticas atreladas ao cotidiano das pessoas. Diante disso, notamos que tornam-se necessárias discussões que analisem se a escola trabalha de forma efetiva mediante uma construção humanística, que defenda a igualdade e o respeito a diferença. Pois, acreditamos que a escola de forma intencional ou não, constrói valores e identidades (LOURO, 1997; SILVA, 2001).

Palavras-chave: Educação Escolar, Gestão Democrática, Gênero.

1 INTRODUÇÃO

O artigo pretende apresentar as relações da Gestão Democrática com os princípios de igualdade de gênero e respeito à diversidade. Baseamos-nos em autores como ARAÚJO (2002) para discutirmos a questão da democracia na escola e em LOURO (1997) para tratar sobre as relações de gênero no que tange o ambiente escolar. Para que esse estágio fosse efetivado tornou-se necessária também observação na prática da pedagoga, a realização de um projeto de extensão, através de grupos de estudos e por fim de uma entrevista com a gestora de uma escola municipal de Campo Mourão – PR. Nesta direção analisamos as falas da gestora no que concernem as questões de gênero e diversidade e a partir disso realizamos uma articulação entre estas questões e a gestão democrática.

Partindo dos pressupostos da teoria de Louro (1997) de que a escola “não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz” discutiremos se a escola pode ser um ambiente capaz de promover a igualdade de gênero e o respeito da diversidade tendo como base uma gestão democrática.

Adotando como fundamento a argumentação de Silva (2000, p. 89) de que “[...] a diferença, mais do que tolerada ou respeitada, deve ser colocada permanentemente em questão” enfatizamos a importância de discussões como estas na ambiente escolar. Porém, para que isso ocorra torna-se necessário uma organização pedagógica e administrativa baseada nos princípios de “justiça, democracia e igualdade” (BARROSO, 2004). Complementado com esta ideia o autor Ulisses F. Araújo (2002, p. 33) baseado no pensamento de Puig (2000) afirma que “pode haver escolas democráticas, desde que se consiga um equilíbrio no jogo entre a assimetria funcional das relações e a simetria democrática dos princípios de reger as instituições sociais.

Objetivando investigar como são construídas as relações de gênero no ambiente escolar, de forma articulada com o princípio de Gestão Democrática na escola (ARAÚJO, 2002) propomos relacionar a escola como um meio capaz de proporcionar a gestão democrática a partir da diversidade escolar, principalmente nas questões de gênero. Para tanto levantamos a seguinte problemática: Como são trabalhadas as relações de gênero na escola? É possível a construção de uma gestão democrática? Metodologicamente realizamos observações de um curso de extensão com as docentes sobre gestão democrática e gênero e realizamos entrevistas sobre as práticas pedagógicas com a gestora. Com isso, notamos que tornam-se necessárias discussões que analisem se a escola trabalha de forma efetiva mediante uma construção que defenda a igualdade e o respeito da diferença. A escola de forma intencional ou não, constrói valores e identidades nos alunos. (LOURO, 1997; SILVA, 2001).

2 A BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

Para iniciarmos a discussão sobre gestão democrática, vamos no ater primeiramente a reflexão sobre “O que é democracia?”. Para responder esta questão, iremos analisar o que o Dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2009) traz sobre o significado da palavra democracia:

[Do gr. *demokratía*.] S. f. 1. Governo do povo; soberania popular, democratismo. [Cf. vulgocracia.] 2. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder, ou seja, regime de governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade do

ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade, i.e., dos poderes de decisão e de execução; democratismo. (p. 616)

Araújo (2002) em seu livro *A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências*, aborda que o termo democracia é de:

[...] origem grega, sempre foram atribuídos inúmeros significados e sentidos. Aliás, é impressionante como no transcorrer da história esse termo foi empregado para justificar as mais variadas formas de governo e de organização das relações entre pessoas. Praticamente quase todos os governos (e pessoas) se intitulavam, ou se intitulam, democráticos, [...] e o que temos nos dias atuais, todos de alguma maneira se intitularam estados democráticos. A palavra democracia, enfim, parece permitir que qualquer forma de governo seja concebida como democrática, dependendo da definição que lhe seja dada e das intenções do governante. (p. 28).

De acordo com ARAÚJO (2002) ao se trabalhar sobre democracia no âmbito escolar, torna-se necessário “[...] reconhecer a diferença nos papéis sociais e nos deveres e buscar os aspectos em que todos os membros da comunidade escolar têm os mesmos direitos. Como por exemplo, o “direito ao diálogo, à livre expressão de sentimentos e ideias, ao tratamento respeitoso, à dignidade etc.,[...]”. (p. 36).

Paro (2006, p. 09) ao tratar sobre a gestão democrática evidencia que esta é considerada ainda uma utopia, entendendo por utopia “[...] o lugar que não existe. Não quer dizer que não possa vir a existir. [...] algo de valor, algo desejável do ponto de vista da solução dos problemas da escola, [...]”

Para que a escola almeje uma gestão democrática é necessário “tomar consciência das condições concretas, ou das contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola” (PARO, p. 09, 2006).

Devemos almejar uma escola democrática que forme cidadãos para a cidadania e para viver em sociedade, porém não podemos, nos limitar ao conhecimento das leis e regras, mas o objetivo principal da educação deve estar baseado em princípios democráticos de justiça, de igualdade e de equidade, para que possa construir “personalidades morais autônomas, críticas, que almejem o exercício competente da cidadania” (ARAÚJO, 2002, p. 41).

BRABO (2004) utiliza-se das ideias de Ferreiro (2000, p. 56) para argumentar que:

Sendo a escola pública o local onde se dá a socialização formal de meninos e meninas, há que se refletir sobre até que ponto a gestão democrática da educação e as políticas educacionais têm garantido a homens e mulheres brasileiros as mesmas oportunidades de ensino, possibilitando-lhes a plena participação na sociedade, seja no âmbito das instituições, no da nação ou no da sua cidade.

A mesma autora ao refletir sobre os conhecimentos que devem ser trabalhados na escola, que promove uma gestão democrática, esclarece que a escola deve:

[...] promover experiências democráticas para todos, além de trabalhar o conhecimento historicamente acumulado. Se tem como meta a cultura democrática, os dois âmbitos do processo de ensino aprendizagem devem ser considerados. Nesta perspectiva, o ensino deve contemplar temas como as questões de gênero, raça e classe, visando a mudanças referentes a preconceitos e estereótipos. No que se refere a gênero, os preconceitos sexistas são responsáveis, por exemplo, pela violência doméstica, pelo reforço da desigualdade, pela educação desigual para meninos e meninas, que influenciarão sua postura quando adultos. (p. 56, 57).

Diante disso, enfatizamos a importância de trabalhos como estes, que analisem a gestão democrática a partir de princípios que almejam uma educação que respeite e reconheça a diferença, por meio da igualdade e equidade.

3 GÊNERO E DIVERSIDADE: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

O autor Tomaz Tadeu da Silva (2004) ao conceituar gênero expõe que “refere-se aos aspectos socialmente construídos do processo de identificação sexual”. Ao se estender esta análise ao ambiente escolar Louro (1997) argumenta que a escola é um espaço que produz a pedagogia da sexualidade, legitimando identidades e práticas sexuais, censurando e marginalizando outras.

Como é de conhecimento vivemos em uma sociedade em que grupos que são diferentes por não corresponder a norma androcêntrica e heterossexual são marginalizados. Muitas conquistas foram alcançadas, porém ainda presenciamos uma sociedade que busca a construção de um padrão único de sujeito.

Os currículos da escola de acordo com Silva (2004) são centrados em um paradigma masculino, neste sentido, a autora esclarece que a solução seria “construir currículos que refletissem, de forma equilibrada, tanto a experiência masculina quanto a feminina” (p. 94).

Muitas escolas encontram dificuldades em trabalhar e problematizar questões relacionadas a diferenças de gênero e de sexualidade, além disso, seu currículo, materiais didáticos propiciam isso. Em complemento, a autora a seguir expõe que:

Uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico (LOURO, 2010, p.43,44).

Educar homens e mulheres com o princípio de uma sociedade democrática exige uma “reflexão coletiva, dinâmica e permanente” (AUAD, p. 14, 2006). Diante disso, buscamos problematizar e desconstruir certas desigualdades construídas no contexto histórico da sociedade. Daniela Auad (2006, p. 23?) cita Maria Victoria Benevides, no qual interpreta que “o contrário da igualdade não é a diferença. O contrário da igualdade é a desigualdade. Uma diferença pode ser culturalmente enriquecedora, ao passo que uma desigualdade pode ser um crime”. Neste sentido, vislumbramos a construção de sociedades pautadas na diversidade cultural, que reconheça a diferença e a pluralidade cultural como um fator positivo, desconstruindo conceitos naturalizados e permanentes.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) traz referências sobre a questão da diversidade na escola, este documento considera que a diversidade, “tem como valor máximo o respeito às diferenças — não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento”. (p. 63).

O documento também defende a importância e a necessidade do trabalho com os temas transversais, com temáticas sociais no local da escola, dentre elas, estão a Pluralidade Cultural e a Orientação Sexual, “eleitos por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal”. (p.45).

Ao analisar a escola é perceptível observar na sua organização uma feminilização do seu ambiente. Guacira Lopes Louro (1997) em seu livro *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*, ao abordar sobre O Gênero da docência, indaga “Qual o Gênero da escola?”. A autora continua relatando que há ambiguidades nas respostas, nas quais, alguns vêem a escola como feminina, porque é, “primordialmente, um lugar de atuação de mulheres — elas organizam e ocupam o espaço, elas são as professoras; a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tarefas tradicionalmente femininas” (p. 88). Outros entendem a escola como “masculina, pois ali se lida, fundamentalmente, com o conhecimento — e *esse conhecimento* foi historicamente produzido pelos homens”. (p. 89). Desta forma, as mulheres “ocupam de um universo marcadamente masculino”. (p. 89). Tendo em vista estas discussões a autora relata que a escola é “*atravessada pelos gêneros*; é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino.” (p. 89).

Contudo, de acordo com Louro (1997) “os sujeitos que circulam nesse espaço se diversificam e a instituição talvez seja, sob vários aspectos, uma outra instituição. Entre as mudanças que marcam, de forma mais evidente, esse processo de transformação está a *feminização do magistério*” (p. 94).

Para a autora (1997) é necessário problematizar as representações sociais de gênero e sexualidade, apresentados pela escola e outros meios mediante um procedimento desconstrutivo, para que não reproduza a desigualdade e modelos de conduta.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para realizar a pesquisa nos baseamos nos pressupostos dos Estudos Culturais que deve “[...] partir de casos concretos, seja para – historicamente – ensinar a teoria como uma discussão contínua e contextualizada sobre questões culturais, seja para fazer conexões entre argumentos teóricos e experiências contemporâneas” (JOHNSON, 2006, p. 24). Complementando com a ideia de que Estudos Culturais dizem respeito às “formas históricas da consciência ou da subjetividade, ou às formas subjetivas pelas quais nós vivemos ou, ainda, em uma síntese bastante perigosa [...] dizem respeito ao lado subjetivo das relações sociais.” (p. 25).

Com base no princípio de compreender como se constitui a ação docente e principalmente a da gestora sobre os conceitos de gênero articulados a Gestão democrática nas séries iniciais do Ensino Fundamental, investigamos o que a pedagoga de uma Escola Municipal de Campo Mourão/PR entende sobre as relações de gênero, a produção das diferenças no ambiente escolar e como é realizado o trabalho pedagógico na escola.

A pesquisa envolveu também um grupo de estudos com discussões sobre as temáticas, em busca de problematizar estas questões, com o objetivo de repensar as relações de gênero e problematizar valores e paradigmas contidos no contexto social que produz e reproduz relações de poder.

Além do grupo de estudos foi desenvolvida uma entrevista com a pedagoga. Houve um roteiro de questões (20 questões¹) sobre as temáticas citadas acima, todavia, o encontro teve um desenvolvimento particular em função das características da interação entre entrevistado/a e entrevistadora.

A entrevista foi realizada com o intuito de averiguar quais as opiniões da gestora com relação ao assunto pesquisado. A verbalização da gestora no decorrer do encontro foi transcrita na íntegra para discussão e análise dos dados.

A entrevista foi registrada em um caderno de campo com a devida autorização da gestora e da instituição. Os dados coletados são extensos, com isso, os resultados apresentados serão apenas os recortes considerados mais relevantes sobre a temática.

¹ As questões referentes à entrevista estarão disponíveis em anexo.

4 GESTÃO DEMOCRÁTICA E GÊNERO: ANÁLISE PERTINENTE DOS DADOS

O grupo de estudos e a entrevista foram norteadores para que víssemos como a gestora, os/as professores e os demais funcionários/as trabalham as relações de gênero na escola visando à construção de uma gestão democrática. A temática foi sendo trabalhada ao longo da intervenção no estágio de gestão, por meio, do grupo de estudos, desta forma, são notáveis como as respostas trazidas pela gestora na entrevista evidenciam a importância de se trabalhar as relações de gênero e diversidade no âmbito escolar.

Ao questionar a gestora sobre o que seria uma gestão democrática inclusiva e qual a sua importância, esta relata que:

É uma gestão onde é trabalhado com toda comunidade escolar temas presente no dia a dia da escola como diversidade. É fundamental a participação de todos, pois somente com o envolvimento e informação podemos lidar com questões, as quais nos deparamos constantemente.

Contribuímos abordando que ao utilizar o termo inclusão estamos nos referindo a toda a diversidade da existência humana, “[...] ser negro ou branco, gordo ou magro, ter alguma deficiência ou não ter deficiência, ser homem ou mulher, adulto ou criança, são apenas algumas das inúmeras probabilidades de ser humano (MATTOS, s/d, p. 08).

No momento em que a gestora estabelece a quantidade de funcionários/as da escola categorizando entre homens e mulheres, foi evidente como naquele estabelecimento de ensino a diferença entre homens e mulheres é significativo, no quais, mulheres correspondem há 30 e homens há 02 entre funcionários/as e professores/as.

Ao longo da segunda metade do século XIX no Brasil, a mulher entra na sala de aula e pouco a pouco vão se constituindo como docentes essa transformação teve grande influência do processo de urbanização, a partir disso, o magistério passa a ser uma atividade “indicada” às mulheres, em que as professoras passam a serem vistas como “mães espirituais.” (LOURO, 1997).

Ao discutir quais os instrumentos necessários para implantar a gestão democrática no dia a dia da escola e quais os desafios desta implementação, a gestora respondeu que:

A escola deve ter um Projeto Político Pedagógico elaborado coletivamente, onde contemple questões que devem ser desenvolvidas com planejamento e colaboração de todos, bem como um regimento onde esteja explícito direitos e deveres de todos os envolvidos no processo educacional. A partir desses instrumentos formais temos uma base sólida para desenvolvermos através ações efetivas e com a participação de todos uma gestão de fato democrática.

Em complemento à afirmação da gestora, Araújo (2002) compreende que a construção de uma gestão democrática:

[...] passa pela efetiva participação de todos os membros da comunidade escolar na definição das políticas que regulam os espaços de convivência coletiva e na elaboração dos projetos pedagógicos e administrativos. Isso, é evidente, sem perder de vista as relações assimétricas características da instituição escolar, que delimitam e definem as responsabilidades e os papéis de cada um dos membros. (p. 73).

Ao indagar a gestora sobre o papel da escola quanto a transmissão de conteúdos sobre educação sexual, ela relata que sim, complementando: “mas ainda temos barreiras a superar” dando continuidade sobre quais fatores desmotivam a escola em trabalhar sobre a educação sexual, ela enfatiza que “os professores ainda se sentem constrangidos para falarem com os alunos sobre o tema”.

Para tanto, tomamos alguns dos apontamentos de Furlani (2010) sobre educação sexual, no qual, a autora explica que:

A educação sexual pode discutir valores como respeito, solidariedade, tolerância... E assim, questionar preconceitos – sempre que possível, as atividades programadas devem levar as crianças e jovens a refletir sobre a importância de aceitar “o outro”, “o diferente”. Esta educação pode ser vista como uma forma da Escola contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, na busca pela paz, contra as muitas formas de exclusão baseada no sexo (o sexismo e o machismo), no gênero (a misoginia), na raça (o racismo) e na sexualidade (a homofobia, a lesbofobia, a transfobia), na origem e classe social (a xenofobia). Resgatar valores humanos e considerar a diferença como positiva é contribuir para uma sociedade onde as pessoas sejam, efetivamente, mais felizes. (p. 47).

Enfatizamos que é preciso que a educação sexual comece na infância, para que a criança se forme integralmente, pois, a sexualidade se manifesta na infância, adolescência e vida adulta, na infância se têm a descoberta corporal e afetiva e a escola deve trabalhar com a criança questões da sua intimidade, ensinar o nome de seus genitais, das partes do corpo e o respeito e reconhecimento da diversidade humana. Também faz parte da educação sexual evidenciar aos alunos, que meninos e meninas podem brincar com os mesmos brinquedos, pois o brincar está relacionado à aprendizagem e ao desenvolvimento (FURLANI, 2010).

Além disso, a prática pedagógica precisa acontecer em co-educação:

[...] é através da socialização do conhecimento que a Escola pode ser, inquestionavelmente, democrática. A convivência mútua e o compartilhamento de experiências subjetivas e materiais é um modo de meninos e meninas, rapazes e garotas, homens e mulheres superarem as desigualdades de gênero, respeitarem-se mutuamente colocando em xeque os pressupostos que legitimam o sexismo, o machismo e a misoginia.

Considerar que certos assuntos e/ou informações dizem respeito apenas a meninos (ou a meninas) é contribuir para um modelo de educação parcial e fragmentada que tende a legitimar as desigualdades nas relações de gênero (FURLANI, 2010, p. 46).

Ao questionar se a questão de gênero é relevante para os/as profissionais da escola e como está sendo trabalhada no espaço escolar, a gestora concordou com a sua importância ressaltando que “o primeiro passo é a formação continuada, cursos e palestras para professores e funcionários”. Neste sentido, assinalamos que “os/as educadores/as não poderão ignorar, no próximo século, as difíceis questões do multiculturalismo, da raça, da identidade, do poder, do conhecimento, da ética e do trabalho [...]” (GIROUX, 1995, p. 88).

A gestora afirmou que trabalha com os temas transversais (gênero/sexualidade/diversidade) de forma articulada com os conteúdos escolares. Neste sentido, sustentamos a importância de trabalhar com esses temas, entendendo que o conceito de transversalidade deve “deixar de ser visto apenas em uma dimensão metodológica. [...], mas trazer intencionalmente para o cotidiano escolar a preocupação com a formação ética e para a cidadania e os novos conhecimentos.” (ARAÚJO, 2003, p. 35).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que foi realizada com a gestora do Ensino Fundamental, que teve como objetivo investigar como são construídas as relações de gênero no ambiente escolar, de forma articulada com o princípio de Gestão Democrática na escola, trouxe importantes discussões e análises sobre a questão.

Tendo em vista a atual conjuntura social, reforçamos que pesquisas como essas comprovam a necessidade da utilização de maiores debates acerca do gênero e gestão democrática na escola. Concordamos com a ideia de Araújo (2003) que a escola criada pela sociedade precisa se ater a construção ética e da cidadania, sendo ela democrática inclusiva e de qualidade.

Por meio disso, é necessário abordar tais discussões e questionar certos valores sociais e assim enfatizar a importância da escola ser um ambiente democrático que trabalhe com temáticas que atendam os interesses das pessoas e que estejam atrelados ao seu cotidiano. Em vista disso, é possível que ocorram mudanças necessárias na escola e na sociedade, vislumbrando assim uma escola democrática e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, F. Ulisses. A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências. São Paulo: Moderna, 2002.
- ARAÚJO, F. Ulisses. Temas Transversais e a estratégia de projetos. São Paulo: Moderna, 2003.
- AUAD, Daniela. Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.
- BARROSO, João. Ordem disciplinar e organização pedagógica. In: NUANCES: estudos sobre educação, ano X, v. 11, 2004. Universidade Estadual Paulista – FCT. Departamento de Educação e Programa de Mestrado em Educação: Formação de Professores. Presidente Prudente, SP.
- BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Democratização da Escola sob uma perspectiva de Gênero: Um novo desafio. Campus de Marília- SP, 2004. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/421/321>>. Acesso dia: 22 de novembro de 2012.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.
- COSTA, M. V. Pesquisa-ação, pesquisa participativa e política cultural da identidade. In: _____. (Org.). Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 4. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.
- FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.); FELIPE, Jane (Org.); GOELLNER, Silvana (Org.). Corpo, gênero e sexualidade. Um debate contemporâneo na Educação. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GIROUX, Henry A. Praticando estudos culturais nas faculdades de educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- JOHNSON, Richard; ESCOSDEGUY, Ana Carolina; SCHULMAN, Norma. O que é, afinal, Estudos Culturais?. Org. e Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes (Org.); FELIPE, Jane (Org.); GOELLNER, Silvana (Org.). Corpo, gênero e sexualidade. Um debate contemporâneo na Educação. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MATTOS, Graciele Fernandes Ferreira. Gestão Democrática e inclusão escolar: um possível diálogo. s/d. Disponível em: <<http://www.ufff.br/revistaedufoco/files/2010/02/6-Texto-RevistaEduca%C3%A7%C3%A3o-em-Foco-Gracielle-resumo-abstrat.pdf>> Acesso dia: 22 de novembro de 2012.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3º ed. Editora Ática, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade – Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Anexo 1:

- 1- Para você, o que é uma gestão democrática inclusiva? Qual a sua importância?
- 2- De que maneira ocorre a gestão em sua escola?
- 3- Quais os instrumentos necessários para implantar a gestão democrática no dia a dia da escola e quais os desafios desta implementação?
- 4- Qual a relação da família com a escola?
- 5- Existem instâncias colegiadas na escola?
- 6- Qual a quantidade de professores e demais funcionários (mulheres/homens)?
- 7- A mulher, com o passar do tempo alcança cada vez mais espaço no mercado de trabalho, em sua opinião, houve uma feminilização do ambiente escolar? Como e por quê?
- 8- Por que em sua opinião, na escola existem mais mulheres (professoras/funcionárias) do que homens?
- 9- Nessa escola, já se depararam com algum tipo de pré-conceitos vindos da sociedade, por ser a maioria do sexo feminino?
- 10- A escola contempla os temas transversais (Gênero/sexualidade/diversidade) de forma articulada com os conteúdos escolares?
- 11- Em sua opinião, é papel da escola a transmissão de conteúdos sobre educação sexual?
- 12- A questão de gênero é relevante para vocês, profissionais da escola, (se for) como está sendo trabalhada no espaço escolar?
- 13- A escola elabora estratégias para a superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social?
- 14- Quais fatores desmotivam a escola em trabalhar sobre a educação sexual?
- 15- Você acha que a escola trabalha no desenvolvimento de habilidades diferentes entre meninos e meninas? Por quê?

16- Você já presenciou ou teve que lidar com alguma situação em que algum aluno passa a ser alvo de piadas na escola, por apresentar um comportamento “diferente” do ditado pela sociedade. Você como pedagoga, como trabalharia essa questão?

17- Você já foi orientada em como trabalhar sobre a sexualidade/diversidade?

18- Você já lidou com questões relacionadas a gênero, sexualidade (gravidez, homossexualidade) na escola?

19- Existe algum trabalho de educação sexual sendo desenvolvido? Caso não, você acha que a escola deve trabalhar com esta questão? De que maneira?

20- O fato de um professor (homem) lecionar nas séries iniciais provocou algum tipo de discussões com a família? Se sim, como lidaram com essa situação?